A Escola João Ribeiro, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Comitê Executivo, através da Resolução nº 01/EFMJR/2018, publicada no D. O E nº 12.368 de 20/08/2018, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de CONVITE, pelo regime de preço unitário por item e critério de MENOR PREÇO. A presente licitação será regida pelas condições estabelecidas no edital e seus anexos e em conformidade com a Lei Federal nº 8666/93 e demais suas alterações, e, na forma, condições e especificações a seguir estabelecidas. Esta licitação foi regularmente autorizada pelo Comitê Executivo João Ribeiro, conforme consta do **Memorando n.º 05/2018.**

A Comissão de Licitação receberá os envelopes de documentação e propostas até o dia da abertura da licitação na Avenida Antonio Frota, n° 120, Bairro: Centro, no dia 13/11/2018, às 14:00horas.

OBJETO

1.1. Será objeto da presente licitação a aquisição de material aquisição de material pedagógico e expediente, material de limpeza e higiene, material elétrico/hidráulico, manutenção de pequenos reparos e recarga de gás para cozinha, destinado a Escola de Ensino Fund. e Médio João Ribeiro localizada a Avenida Antonio Frota nº 120, no município de Tarauacá - Acre, em conformidade com os anexos: I — Especificação do produto, II — Declaração de que Cumpre os Requisitos do Edital, III - Procuração, IV — Declaração que cumpre os disposto no inciso XXXIII da CF, V — Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, VI -Declaração de Elaboração Independente de Proposta, partes integrantes do presente edital.

2. LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS E FORMA DE PAGAMENTO.

- 2.1. O objeto ora licitado deverá ser entregue no Almoxarifado da Escola de Ensino Fund. e Médio João Ribeiro, localizada na Avenida Antonio Frota Bairro, Centro CEP: 69970-000 município de Tarauacá Acre e será previamente vistoriado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, responsável pelo recebimento, objetivando a comprovação de correspondência da especificação do produto à proposta apresentada.
- 2.2. O pagamento será efetuado por meio de cheque nominal a empresa vencedora e se a Nota Fiscal estiver acompanhada dos seguintes comprovantes devidamente quitados já exigíveis, em original ou cópia autenticada por membros da CPL, respeitada a periodicidade de exigências de documentos: Certidão da Receita Federal, de Tributos Estaduais e Prova de Regularidade com o FGTS.
- 2.3. O prazo de pagamento da Nota Fiscal discriminada será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento dos produtos.
- 2.4. Qualquer erro ou omissão que venha a constar da documentação fiscal será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente resolvido.
- 2.5. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da abertura das propostas, sem que haja a convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 2.6. O PRAZO de entrega do material é de 10 (dez) dias após a assinatura da Ordem de Entrega.

3. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 3.1. O não cumprimento do prazo estabelecido no capítulo anterior, para a entrega do produto, objeto desta licitação, sujeitará o licitante ao pagamento de multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) do valor licitado, por dia de atraso;
- 3.2. Após a fase de habilitação, caso a licitante venha desistir e os seus motivos não sejam aceitos pela Comissão, estará sujeita a instauração de processo administrativo com

oportunidade para contraditório e ampla defesa, podendo a mesma ficar suspensa por um período de 06 (seis) meses para contratar ou participar de licitações com a administração direta ou indireta do Estado, independentemente da multa estipulada no item anterior.

4. DOTAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. O recurso orçamentário previsto e destinado à cobertura das despesas deste objeto do processo licitatório ocorrerá por conta da Dotaçãode Recurso Orçamentário:

Programa de Trabalho: nº 717.006.4041.0001 – Fortalecimento da Autonomia Financeira das Escolas – FONTE DE RECURSOS: 100 – Recursos Próprios – financeira das Escolas – 33.50.41.00.00 (custeio) – Contribuições: NATUREZA DA DESPESA: 44.90.52.00.00 (capital) – Auxílios. Instrução Normativa nº 05/2013 de 23 de maio de 2013.

- 4.2. Aberta a sessão, a Comissão Permanente de Licitações procederá, anteriormente à entrega dos Envelopes nº 1 "Documentação", ao credenciamento dos licitantes mediante a confirmação das seguintes condições:
- 4.3. O licitante deverá estar representado na abertura da sessão por pessoa que detenha os poderes necessários para a prática de todos os atos inerentes à licitação e à contratação.

5.2.1. O representante do licitante apresentará:

- 5.2.1.1. Carteira de identidade ou outro documento de identificação pessoal com fé pública, acompanhada de um dos seguintes documentos:
- 5.2.1.2 Procuradores instrumento de procuração público ou particular, com firma reconhecida, outorgando poderes para participar e para representar o licitante no procedimento, além de contrato social, ou estatuto, ou registro de empresário, conforme o caso;
- 5.2.1.3 Representantes contratuais, ou estatutários ou empresários contrato social, ou estatuto, ou registro de empresário, conforme o caso;
- 5.2.1.4 Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo constante do Anexo VI, na forma do disposto na Instrução Normativa nº 2, de 16/09/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- **5.2.2** O representante mencionado no item 5.2.1.2. somente poderá praticar os atos para os quais lhe hajam sido outorgados poderes específicos na procuração.
- 5.2.3 Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão de imprensa oficial, ou por cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para conferência e autenticação pela Comissão Permanente de Licitações.
- **5.2.4** Uma mesma pessoa não poderá representar mais de um licitante.
- **5.2.5** Se, nas fases subseqüentes à entrega dos envelopes, o(a) representante do licitante for substituído(a), terá de, obrigatoriamente, apresentar novo documento de identidade

com fé pública e nova procuração da sociedade empresária ou do empresário, quando for o caso.

6 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- A participação na presente Licitação se efetivará mediante a apresentação, na data, hora e local expressamente indicado no "Aviso de Licitação", e no preâmbulo deste Edital, da Documentação e da Proposta de Preços, endereçadas ao Presidente da Comissão de Licitação.
- Poderão participar da presente Licitação toda e qualquer empresa que satisfaça plenamente todas as condições do presente Edital e seu(s) anexo(s).
- A participação na Licitação implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e de seus anexos, bem como das Normas vigentes da Secretaria de Estado de Educação e Esporte, ressalvado o disposto no parágrafo 3º do art. 41, da Lei N. 8.666/93, e suas alterações posteriores.

6.5 Não poderá participar da Licitação:

- 6.5.1 Empresa ou firma cujos diretores, responsáveis técnicos ou sócios, figurem como funcionário ou empregado ou ocupante de cargo comissionado no órgão ou entidade ou responsável pela licitação;
- **6.5.1** Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública Estadual;
- **6.5.2** servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.
- **6.5.3** Constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União CGU, constante no portal da internet www.portaltransparencia.gov.br/ceis.

7.0 CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DO EDITAL

- 7.1 O licitante deverá examinar cuidadosamente todas as instruções, condições, quadros, documentos-padrão, exigências, decretos, normas e especificações citados neste Edital e em seu(s) anexo(s).
- 7.2. Esclarecimentos sobre os Documentos:
- 7.2.1. Os interessados poderão solicitar em tempo hábil até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data de realização da Licitação, quaisquer esclarecimentos e informações, através de comunicação ao Comitê Executivo João Ribeiro, por carta ou por via Email, no endereço da Comissão indicado no "Aviso de Licitação". O Comitê Executivo João Ribeiro responderá por escrito, pelas mesmas vias, as respostas a tais perguntas até 03 (três) dias úteis anteriores à data de realização da Licitação.
- 7.3. Deficiências no atendimento aos requisitos para apresentação da Documentação e Proposta de Preços correrão por conta e risco do licitante. Documentação e Proposta

que não atenderem aos requisitos dos documentos integrantes do Edital e seu(s) anexo(s) implicarão na inabilitação ou desclassificação da licitante.

7.4. Retificação dos Documentos:

- 7.4.1. Em qualquer ocasião antecedendo a data de entrega das propostas, o Órgão Licitante, através da Comissão, poderá, por qualquer motivo, por sua iniciativa ou em conseqüência de respostas fornecidas a solicitações de esclarecimentos, modificarem os referidos documentos mediante a emissão de uma errata, que será publicada no Diário Oficial do Estado.
- 7.5. Visando permitir, aos Licitantes, prazo razoável para levarem em conta a errata na preparação da Documentação e Proposta de Preços, o Órgão, através da Comissão, poderá prorrogar a entrega das mesmas, pelo prazo que, na forma da Lei, for julgado necessário.

7.6. Impugnação do Edital:

- 7.6.1. A impugnação perante o Órgão Licitante, através da Comissão, dos termos do Edital, quanto a possíveis falhas ou irregularidades que o viciariam, deverá se efetivar por qualquer cidadão até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1° do art. 113.
- 7.6.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil, que anteceder à data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação. A Impugnação deverá ser encaminhada por escrito e endereçada a autoridade superior do órgão e entregue sob protocolo à Comissão de Licitações, do Comitê Executivo da Escola João Ribeiro,localizada na Avenida Antonio Frota, 120 ,ou por meio do fax nº. (68) 3462 17-75.
- 7.6.3. Caberá ao Comitê Executivo João Ribeiro decidir sobre a petição no prazo de 1 (um) dia útil.

8. HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 Para a habilitação na presente licitação, exigir-se-á, dos interessados, documentações relativas a:

CAPACIDADE JURÍDICA

- a) cédula de identidade do (s) sócio(s);
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores:
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercícios;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro, ou autorização para funcionamento com aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo;

REGULARIDADE FISCAL

e) Prova da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ;

- f) Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (CND do INSS) e a
- g) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS do FGTS), do domicílio ou sede da licitante:
- h) Comprovante de regularidade com a <u>Fazenda Federal</u>, por meio da apresentação do seguinte:
- h.1)Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais a à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal; do domicílio ou sede da licitante;
- i) Comprovante de regularidade com a <u>Fazenda Estadual</u>, por meio da apresentação do seguinte:
- i.1) Certidão negativa ou positiva com efeito negativo de tributos estaduais emitida pela Secretaria Estadual de Fazenda; do domicílio ou sede da licitante;
- i.2) Certidão negativa ou positiva com efeito negativo da Dívida Ativa do Estado, emitida pela Procuradoria da Fazenda Estadual; do domicílio ou sede da licitante.
- j) Comprovante de regularidade com a **Fazenda Municipal**, por meio da apresentação do seguinte:
- j.1) Certidão negativa ou positiva com efeito negativo de tributos municipais emitida pela Secretaria de Finanças; do domicílio ou sede da licitante;
- j.2) Certidão negativa ou positiva com efeito negativo da Dívida Ativa do Município, emitida pela Procuradoria da Fazenda Municipal; do domicílio ou sede da licitante;
- k) Alvará de funcionamento da empresa com validade para a data do processo licitatório.
- I) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que desejarem obter benefícios da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006 e fizerem jus aos benefícios, deverão apresentar a declaração constante do Anexo VI deste edital.

m)Qualificação Técnica:

m.1) Atestado de Capacidade Técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente o produto compatível com o objeto desta licitação; podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação deserviço ou da nota fiscal, que deram origem ao atestado.

9.0 Outras Comprovações:

- **a)** Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que:
- a.1) Cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal;

9.1 Da Documentação

- a) A documentação poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por funcionário da unidade que realiza a Licitação, ou publicação em órgão de imprensa oficial;
- b) As certidões que tenham sua autenticidade sujeitas à verificação nos endereços indicados em sites da internet pelo órgão emissor, estas não necessitarão ser autenticadas na forma indicada no subitem acima. Esta faculdade, todavia, não dispensa a apresentação destas certidões;
- c) Após a abertura, dos envelopes contendo a documentação, as cópias que não estiverem autenticadas, não serão autenticadas por funcionário da unidade que realiza a licitação, excetuando-se aos casos em que o original do documento constar do interior do mesmo envelope e mediante justificação do licitante;

- d) Toda e qualquer documentação poderá ser autenticada na CPL, antes da respectiva licitação. A qualquer tempo, o interessado poderá efetuar a autenticação via cartório, sendo de sua inteira responsabilidade qualquer apresentação sem a devida autenticação;
- e) A não observação por parte dos licitantes ao estipulado na alínea "a" acima, acarretará para os mesmos a inabilitação no presente processo licitatório;
- f) Serão inabilitadas as empresas ou firmas cujos diretores, responsáveis técnicos ou sócios, figurem como funcionário ou empregado ou ocupante de cargo comissionado no órgão ou entidade ou responsável pela licitação;
- g) A "documentação" exigida e a "proposta" deverão estar contidas em envelopes separados, devidamente lacrados e rubricados (o seu lacre), contendo, em suas partes externas e frontais, os dizeres:

AO COMITÊ EXECUTIVO – Comissão Permanente de Licitação, CONVITE N.º 05/2018. O primeiro envelope com o subtítulo "Documentação" e o segundo com "Proposta.

- h) Os representantes das licitantes deverão identificar-se junto à Comissão Permanente de Licitação, mediante a apresentação de sua cédula de identidade, prova de titularidade da firma ou procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida, com poderes expressos para praticar todos os atos no interesse da mesma, junto a qualquer órgão público, ou ainda, com fins específicos para a representação em todos os termos do CONVITE.
- i) Ainda na fase de credenciamento, os representantes legais ou agentes credenciados deverão ainda, apresentar Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo Anexo VI.
- j) Caso os representantes legais e/ou procuradores não tenham trazido a declaração do Anexo III, poderão firmá-la conforme modelo, até o momento de abertura do envelope de Proposta de Preços, sob pena de desclassificação da proposta.

k) DO EXAME DOS DOCUMENTOS

- 9.2 Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes **01 e 02**, na data e horário, indicado no preâmbulo do edital, iniciar-se-á o exame da documentação exigida para o convite.
- 9.3 Após a abertura dos envelopes **N.º 01**, contendo a documentação, proceder-se-á ao exame e rubrica dos documentos neles contidos, podendo os concorrentes apresentar fundamentadamente as impugnações que tiverem, ao Presidente da Comissão, que as fará constar da Ata dos trabalhos.
- 9.4 Examinado os documentos e as impugnações porventura surgidas decidirá a comissão quanto à habilitação ou inabilitação de cada concorrente.
- 9.5 A Comissão reserva-se o direito de proceder diligência, a fim de que todas as informções prestadas pela licitantes sejam conferidas, restando assim, comprovada a origem e veracidade das mesmas.
- 9.6 No caso de empresa com filial, a documentação completa a ser apresentada deverá se referir unicamente a matriz ou a filial, que efetivamente irá fornecer os produtos.

- 9.7 A ausência de qualquer documento exigido na forma prevista no item 8.1.1, bem como a não observação do estipulado no item 8.1.2. por parte dos licitantes, acarretará a inabilitação dos mesmos no certame.
- 9.8 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 6.2, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 8.1.2, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a da ocasião em que foi declarada como vencedora do certame.
- 9.9 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da CPL desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- 9.10 Ocorrendo a situação prevista no item **9.9** a sessão será suspensa, podendo o presidente da comissão fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.
- 9.11 O benefício de que trata o item 9.9 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- 9.12 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 9.9 implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 9.7.
- 9.13 O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do presidente da comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.
- 9.14 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.

10. DO EXAME DAS PROPOSTAS

- a. A proposta será apresentada datilografada, em 02 (duas) vias, linguagem clara, sem emendas, rasuras e entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais, e nelas deverão, além do orçamento, fazer constar:
- **a.1) Valor unitário e total por item,** obrigatoriamente expressos em Reais (R\$), em algarismos e preferencialmente por extenso e devem estar incluídos nos preços todos os custos e despesas, tais como impostos, taxas e seguros, incidentes na Proposta Comercial, etc.:
- b) Ocorrendo discrepância entre os valores unitário e total, prevalecerão os primeiros e entre os valores em algarismos e por extenso serão considerados estes últimos, em que a comissão fará a correção para efeito de julgamento das propostas;
- c) Marca e/ou Fabricante sob pena de desclassificação do item que não apresentar;
- d) Indicação do prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua abertura;

- e) Imediatamente após a fase de habilitação, as propostas serão abertas e examinadas e rubricadas pelos presentes e pela Comissão.
- f) Os envelopes propostas serão devolvidos devidamente fechados aos concorrentes inabilitados, imediatamente após a fase de habilitação, desde que tenha havido renúncia da interposição de recursos. Caso contrário à devolução será efetuada após a denegação do recurso, se for o caso.
- g) Serão desclassificadas as propostas que:
 - g.1) Não atendam as condições do edital ou forem subordinadas a qualquer condições nele não prevista;
 - g.2) Apresentem vantagens não previstas no edital ou preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
 - g.3) Apresentem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero.
 - g.4) Serão desclassificadas os itens com preços unitários e totais superiores ao do orçamento do Comitê Executivo João Ribeiro.

11. CRITÉRIOS PARA O JULGAMENTO

- 11.1. As propostas serão julgadas após a análise da documentação, na mesma ou em outra sessão, e a classificação a proposta que atender os requisitos exigidos no edital, será feita na forma **de menor preço unitário por item**, não podendo, em hipótese alguma, o licitante pleitear reajuste do preço apresentado na proposta, a qualquer título que seja e, em caso de empate, proceder-se-á ao desempate através de sorteio.
- 11.1.2. Caso a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP em valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 1º, da Lei Complementar nº. 123/2006.
- 11.1.3. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
 - a) a ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;
 - não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME e EPP remanescentes cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no caput desta condição, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;
 - c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrem no limite estabelecido no *caput* desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12. NOTIFICAÇÃO DO RESULTADO

- 12.1. Os licitantes serão notificados sobre o resultado de cada fase da Licitação.
- 12.2. Das decisões e atos da Comissão de Licitação as partes poderão interpor os recursos previstos na Lei N.º 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores.
- 12.3. Recursos do resultado deverão ser formalizados por escrito ao dirigente do órgão licitante, através do Presidente da Comissão de Licitação no prazo de 2 (dois) dias

úteis, contados do primeiro dia útil imediatamente após a publicação no Diário Oficial do Estado – D.O.E.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

- 13.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da data de entrega do material, contado da data da NF pela Fiscalização, e será feito por meio de cheque nominal a empresa vencedora do certame.
- **13.2.** Não serão efetuados quaisquer pagamentos à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.
- **13.3.** A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia a situação da licitante vencedora em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.4. Havendo erro na Nota Fiscal, rasuras, erro na data de sua autorização para circulação no mercado incompatível com o estabelecido ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLAGAÇÃO DO MATERIAL A SER ADQUIRIDO

- 14.1 O Órgão licitante adjudicará e homologará o material de expediente pedagógico, material esportivo, uniforme esportivo, violões, mobiliários e material permanente ao licitante cuja proposta atender em sua essência aos requisitos do presente Edital e seu(s) anexo(s) e também for a de menor valor após eventuais correções.
- 14.3 A empresa vencedora da presente licitação será informada através da ordem de entrega, e a mesma terá o prazo de 10 (dez) dias para a entrega do material. Decorridos 10 (dez) dias da data da abertura das propostas, ficará a licitante liberada do compromisso assumido.

15 LOCAL E HORÁRIO PARA INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

14.1 na eventualidade, no surgimento de quaisquer dúvida de caráter técnico na interpretação deste Ato Convocatório ou a ele relacionado, os interessados deverão, em petição escrita, dirigir-se ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no endereço na Avenida Antonio Frota, nº 120, durante o horário de expediente normal da unidade de ensino, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da apresentação da proposta.

16 DOS CASOS OMISSOS

14.2

16.1 Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo (a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições da Lei nº 8.666/93.

17 DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos do presente edital de licitação aquele que, tendo aceitado sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades, que viciariam hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

- 17.2 Os recursos interpostos pelos licitantes deverão estar devidamente fundamentados e dentro do prazo legal, devendo ser apresentado formalmente a Comissão, para serem recebidos, analisados e decididos pela Comissão Permanente de Licitação ou pela Autoridade Superior, conforme o caso.
- 17.3 A Administração poderá revogar a presente licitação total ou parcialmente, por conveniência administrativa, sem que caiba direito a indenização ou ressarcimento de eventual prejuízo, ou ainda, se a Administração obtiver notícia fundada de qualquer fato ou circunstância anterior ao julgamento da licitação, que desabone a idoneidade, capacidade financeira ou administrativa do licitante vencedor.
- 17.4 Ao contratado poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos no § 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 17.5 Nos casos de retificação do edital, reabertura do certame interrompido por qualquer motivo ou suspensão da abertura, o licitante será notificado através do e-mail ou endereço que informou no envelope de proposta.
- 17.6 A critério dos Membros que compõem a Comissão Permanente de Licitação, poderá ser prorrogado o prazo designado para o início dos trabalhos, por um período de no máximo 10 (dez) minutos independente de consulta a todos os licitantes presentes.
- 17.7 Constituem anexos do Edital, dele fazendo parte:
 - Anexo I– Descrição dos produtos;
 - Anexo II Modelo de Declaração que Cumpre os requisitos do Edital
 - Anexo III Modelo de Procuração
 - Anexo IV- Modelo de Declaração que cumpre o disposto na Constiruição Federal
 - Anexo V- Modelo de Declaração de Microempresa e empresa de Pequeno Porte
 - Anexo VI- Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

18 DO FORO

18.1 O Foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Comarca de Tarauacá - Acre, no Estado do Acre.

Tarauacá - AC, 05 de Novembro de 2018.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Anexo I

I. Material pedagógico e expediente

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant.
01	Fita gomada transparente 18 x 50	Unidade	10
03	Kit de tonner p/ impressora Brother Color DCP - 9020 CDN, original	Kit	01
06	TNT do grosso cor verde	Rolo	01
07	TNT do grosso cor azul roial	Rolo	01
80	TNT do grosso cor Branca	Rolo	01
09	TNT do grosso cor amarela	Rolo	01
10	EVA folha simples med. 40 x 60 cm, cores diversas	Folha	100
11	Cola para isopor cx. c/ 12 X 40G, secagem rápida	Caixa	02
12	Apagador para quadro negro em madeira c/ caixinha completo	Unidade	20
13	Papel cartão do grosso, colorido, cores diversas	Unidade	200

II – Material de limpeza e higiene

14	Álcool para uso em geral cx c/ (12 x 500 ml), 98%	Caixa	02
15	Álcool em gel antisséptico peso líquido cx. (6 x 900 ml)	Caixa	01
16	Limpa alumínio cx. c/ (12 x 500 ml) fórmula extraforte	Caixa	02
17	Sabão em pó cx. cont. (cx 24 x 500g)	Caixa	04
18	Vaso de plástico para lixo cap. 100 lts c/ tampa	Unidade	04
20	Água sanitária c/ (cx.12 x 1000 ml)	Caixa	04
21	Bombril fardo c/ 14 unidades	Fardo	04
23	Vassoura piaçaba da região, pelo fino	Unidade	10
24	Sabão em barra c/ (10 x 1000g) cor azul	Caixa	02
25	Esponja lava louça dupla face	Caixa	01
26	Papel higiênico neutro fardo cor branco c/ (16 x 4 unid.)	Fardo	08
27	Desinfetante para banheiro cx. c/ (12 x 500ml), formula extraforte perfumado	Caixa	04
28	Cesto telado para lixo pequeno	Unidade	10
29	Balde tipo pedreiro p/ uso em geral plástico	Unidade	10

III - Material elétrico/hidráulico

30	Fio cordão paralelo 2x1,5mm	Metros	40
31	Adesivo Plástico para PVC 75g para cano tubo e conexão	Unidade	06
32	Fechadura Aço Inox 40mm externa Premium 2600/71 Aliança	Unidade	20
33	Alicate universal 8"	Unidade	01
34	Martelo unha 27mm	Unidade	01
35	Serrote profissional 22"	Unidade	01
36	Prego 2" 1/5	Kg	04
37	Prego 1" 1/5	Kg	04
38	Argamassa AC1 20kg	Unidade	05
39	Ferrolho redondo 4"	Unidade	20
40	Mangueira cristal ¾	Metros	30
41	Parafuso de 8mm	Unidade	40
42	Parafuso de 6mm	Unidade	40
43	Parafuso de 5mm	Unidade	40
44	Bucha de 8mm	Unidade	40
45	Bucha de 6mm	Unidade	40
46	Bucha de 5mm	Unidade	55
47	Tubo Esgoto de 100mm	Unidade	02
48	Cadeado CRT 50mm	Unidade	04

IV – Manutenção de pequenos reparos na unidade escolar

49	Realizar pequenos reparos no piso do corredor da escola 6m2	Unidade	01
50	Realizar pequenos reparos nos banheiros masculino e feminino e na tubulação	Unidade	01
51	Realizar pequenos serviços de manutenção na bomba d'agua da escola	Unidade	01
52	Realizar serviços na parte elétrica, como troca de tomadas, interruptores e lâmpadas	Unidade	05
53	Realizar serviços de manutenção nos Ventiladores, tais como Limpeza troca de peças e manutenção preventiva.	Unidade	10
54	Realizar pequenos rep. em 04 pias da cantina	Unidade	04

55	Realizar manutenção no poço artesiano, troca de canos	Unidade	01
56	Realizar serviço de manutenção nos extintores recarga 10kg	Unidade	01
57	Realizar serviço de manutenção nos extintores recarga 8kg	Unidade	01
58	Realizar serviço de manutenção troca de canos da fossa	Unidade	02
59	Realizar serviços de Pinturas, retoques e correções de imperfeiçoes 60 m2	Unidade	01
60	Realizar serviço de man. troca de ferrolhos e trincos nas portas salas e janelas das salas	Unidade	08
61	Realizar pequenos serviços de revestimentos de cerâmica na parede do banheiro	Unidade	02
62	Realizar serviços de Manutenção em 05 impressoras, tais como pequenos reparos, reposição de peças e troca de tonner.	Unidade	05

V - Recarga de gás de cozinha

63	Recarga de gás para botija de 13 quilos	Unidade	40
----	---	---------	----

Tarauacá - AC, 05 de novembro de 2018.

Presidente do Comitê Executivo

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO.

		(razão soci	al na empr	esa) CNPJ N	o	com sede(nº de
inscrição)	(endere	ço compl	eto), por i	ntermédio d	de seu repres	entante le	gal, infra-assinado, e
para os fins do	Convite nº	/2.0	_, DECLA	RA expres	samente que	até a pre	sente data, inexistem
fatos superveni	ientes impediti	vos para	sua habilit	ação no pre	esente certam	e licitatón	rio, estando ciente da
				obrigator	riedade de de	clarar occ	orrências posteriores.
			,	_ de	de 20	·	
	(as	sinatura o	lo represei	ntante legal	da empresa)		
			CPF	ou RG			

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Empresa)						_,
n°				sediada	em	(endereço
completo)	_,declara, sob sı	ua exclusi	va respo	nsabilidade pe	nal e civil, q	ue nos termos
da Lei Complementar nº. 123	3, de 14/12/2006	, não esta	impedid	las nos incisos	previstos do	§ 4° do Art. 3°
e que está apta para receber o	tratamento favo	orecido est	tabelecid	lo nos artigos 4	2 a 49 da cita	ada lei, porque
na data da abertura da licitação	ão está classifica	da como:				
() Microempresa - ME – re	ceita bruta anual	igual ou i	nferior a	R\$ 240.000,00).	
() Empresa de Pequeno Po	rte - EPP - recei	ta bruta ar	nual supe	erior a R\$ 240.	000,00 e igua	ıl ou inferior a
R\$ 2.400.000,00.						
() Cooperativa – receita brut	a anual igual ou	inferior a	R\$ 2.400	0.000,00.		
Para tanto, junta o resultado	o da pesquisa d	le que é o	ptante d	lo Simples Na	cional obtida	<mark>a no</mark> portal da
Receita Federal no endereço:	www. receita .fa	zenda.gov	.br.			
Local e data:	AC, _	/	/20			
(assinatur	a):					
	Nome e C	PF do rep	resentan	te legal		